

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

268 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 20 a 24 de abril de 2026

1. CONSELHO EUROPEU INFORMAL	1
2. VISITA DA COMISSÃO DE ECONOMIA E COESÃO TERRITORIAL - Bruxelas	2
3. PARECER DO TRIBUNAL DE CONTAS SOBRE O QFP 2028-34	3
4. FINANCIAMENTO À UCRÂNIA	4
5. 20.º PACOTE DE SANÇÕES DA UNIÃO SOBRE A RÚSSIA	5
6. CONSELHO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS: UE-ISRAEL	5
7. ASSEMBLEIA PARLAMENTAR DO CONSELHO DA EUROPA - ISRAEL	5
8. COMISSÃO EUROPEIA “ACCELERATE EU” PARA RESPONDER À CRISE ENERGÉTICA	6
9. PROVIDORA DE JUSTIÇA EUROPEIA	6
Relatório anual da Provedora de Justiça Europeia	6
Orientações para reforçar prevenção de casos de “porta giratória” nas agências da UE	7
10. OCEANOS - CONSULTA PÚBLICA	7
11. CONSELHO DA EUROPA - COMISSÁRIO PARA OS DIREITOS FUNDAMENTAIS	8
12. REUNIÕES DO CONSELHO	8
AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	8
Conselho Europeu	8
Parlamento Europeu	8
Comissão Europeia	8
Conselho da UE	8

1. CONSELHO EUROPEU INFORMAL

O Presidente do Conselho Europeu, António Costa, convocou uma **reunião informal dos Chefes de Estado ou de Governo, realizada nos dias 23 e 24 de abril de 2026, em Chipre**. Nos termos da carta de convite ([aqui](#)), a reunião tinha dois pontos centrais: **i) a segurança regional, energia, Ucrânia e ii) debate inicial sobre o QFP 2028-2034**. A página da reunião está disponível [aqui](#) e as declarações finais [aqui](#).

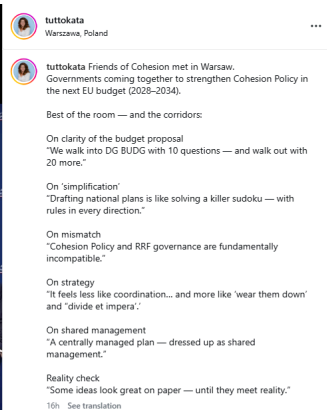
Os membros do Conselho Europeu centraram as discussões nos desenvolvimentos no Médio Oriente, na estabilidade do Mediterrâneo Oriental e nas implicações estratégicas, energéticas e orçamentais para a União. Num formato alargado, com parceiros mediterrânicos e do Golfo, os dirigentes debateram perspetivas de consolidação do cessar-fogo regional, segurança marítima no Estreito de Ormuz e o aprofundamento das parcerias políticas, económicas e interculturais com a vizinhança sul.

No jantar de trabalho, foi igualmente abordada a operacionalização do [artigo 42.º, n.º 7. ii](#), designado **cláusula de defesa mútua**, do Tratado da União Europeia, relativo à assistência mútua em caso de agressão armada, com Kaja Kallas a informar sobre os trabalhos em curso. O Presidente cipriota, Nikos Christodoulides, defendeu a necessidade de operacionalizar esta cláusula, propondo a elaboração de um “*plano operacional*” que clarifique procedimentos e medidas concretas em caso de invocação desta disposição por um Estado-Membro.

No plano energético, os líderes analisaram a resposta europeia à subida dos preços da energia na sequência da crise regional, tendo discutido as medidas apresentadas pela Comissão no quadro do plano AccelerateEU.

Pela primeira vez desde a apresentação da proposta da Comissão, os dirigentes realizaram ainda **uma discussão política sobre o QFP 2028-2034**, com enfoque nos desafios de financiamento das novas prioridades europeias, nas potenciais novas receitas próprias e na preparação de uma primeira *negotiating box* sob Presidência cipriota. O Presidente do Conselho Europeu, António Costa, procurou orientar o debate para a necessidade de fornecer “*orientações políticas*” sobre os próximos passos. Durante o debate, vários Estados-Membros defenderam mais tempo para o reembolso da dívida contraída no âmbito do MRR, incluindo a possibilidade de diferir ou prolongar esse reembolso — hipótese que, contudo, não reúne consenso. Os líderes debateram igualmente a dimensão global do futuro orçamento, com posições divergentes entre os que advogam um QFP mais ambicioso e os que defendem contenção orçamental. Entre os primeiros, foi reiterada a importância de avançar com **novos recursos próprios**, com vista a reforçar receitas autónomas da União e reduzir a dependência das contribuições nacionais.

Neste quadro, assumiu particular relevo a posição reafirmada pelos chamados “*Amigos da Coesão*” — incluindo Espanha, Polónia, Portugal e Roménia — que, reunidos em Varsóvia na véspera da cimeira, defenderam que a política de coesão não pode tornar-se o “parente pobre” do próximo orçamento europeu. O grupo insistiu na preservação de uma dotação robusta para a coesão no futuro QFP, associando essa defesa a uma dupla exigência: simplificação da gestão dos fundos e maior papel dos Estados-Membros na programação e execução dos futuros instrumentos, incluindo no quadro da nova arquitetura baseada em parcerias nacionais e regionais.



À margem da reunião informal dos Chefes de Estado ou de Governo em Chipre, os Presidentes do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão [assinaram a declaração conjunta](#) que consagra o roteiro *One Europe, One Market*, estabelecendo um compromisso político e operacional para avançar, até ao final de 2027, com medidas destinadas a reforçar o Mercado Único e a competitividade europeia. O roteiro ([aqui](#)) prevê metas para propostas legislativas e acordos entre os legisladores, revisões trimestrais de progresso, repartição clara de responsabilidades institucionais e mecanismos regulares de balanço e acompanhamento.

2. VISITA DA COMISSÃO DE ECONOMIA E COESÃO TERRITORIAL - INSTITUIÇÕES DA UE

Na semana anterior à votação, em plenário, da posição do Parlamento Europeu sobre o próximo Quadro Financeiro Plurianual (QFP) 2028-2034 detalhe [aqui](#), e na mesma semana em que o Conselho Europeu informal debateu esta matéria (cfr. *supra* ponto 1), realizou-se, entre 19 e 21 de abril, uma **visita de trabalho a Bruxelas de uma delegação da Comissão de Economia e Coesão Territorial** da Assembleia da República.

A delegação foi integrada pelo *Presidente da Comissão, Deputado Pedro Coimbra (PS)*, pelo *1.º Vice-Presidente, Deputado Francisco Figueira (PSD)*, pelo *2.º Vice-Presidente, Deputado Pedro Tavares (CH)*, e pelos *Deputados Dulcineia Moura (PSD)*, *Filipe Melo (CH)*, *Armando Mourisco (PS)* e *Miguel Rangel (IL)*.

A visita teve como eixo central o **acompanhamento das negociações do QFP 2028-2034, a política de coesão e os instrumentos europeus de reforma e investimento**, proporcionando um conjunto de contactos institucionais de elevado nível com interlocutores-chave das instituições europeias.



A delegação iniciou o programa com uma reunião na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia, com o **Embaixador Pedro Costa Pereira**, dedicada ao enquadramento dos principais dossiês em curso. Seguiram-se encontros na Comissão Europeia com Maria Teresa Fábregas Fernández, da SG REFORM, centrado nos instrumentos de apoio às reformas e ao investimento, e com o **Vice-Presidente Executivo Raffaele Fitto**, responsável pela Coesão e Reformas, permitindo uma troca de pontos de vista sobre o futuro da política de coesão e os debates em torno da arquitetura do próximo quadro financeiro plurianual.

No Parlamento Europeu, a reunião com a Deputada Carla Tavares (PS/S&D), co-relatora para o QFP 2028-2034, proporcionou um ponto de situação sobre o processo negocial em curso, incluindo as prioridades do Parlamento Europeu para o futuro orçamento da União. A delegação reuniu igualmente com a Presidente do Comité das Regiões, Kata Tüttő, num encontro centrado no papel das regiões e autoridades locais na execução das políticas europeias e na defesa da coesão territorial. De notar que Katta Tüttő deu uma importante entrevista ao Público esta semana, disponível [aqui](#).



A visita incluiu ainda um almoço de trabalho com Deputados portugueses ao Parlamento Europeu, representando diversos grupos políticos, que permitiu aprofundar o diálogo político em torno do QFP, da política regional e das prioridades económicas e territoriais da União, e seus impactos nos interesses de Portugal. No seu conjunto, a deslocação confirmou a utilidade destes contactos diretos com as instituições europeias para o acompanhamento parlamentar dos dossiês da coesão, competitividade e investimento europeu, reforçando igualmente a dimensão interparlamentar e institucional do trabalho do Parlamento português.

3. PARECER DO TRIBUNAL DE CONTAS SOBRE O QFP 2028-34

Ainda relacionado com o ponto anterior, reprimamos aqui o Parecer 09/2026 do Tribunal de Contas Europeu, que incide especificamente sobre uma peça central da proposta da Comissão para o próximo Quadro Financeiro Plurianual, que é o regulamento que cria o novo Fundo Europeu para a Coesão Económica, Territorial e Social, a Agricultura e o Meio Rural, as Pescas e o Setor Marítimo, a Prosperidade e a Segurança para o período 2028-2034. Emitido ao abrigo do artigo 322.º do TFUE, o parecer concentra-se nos elementos comuns de conceção, governação, execução financeira, controlo e riscos associados ao novo fundo único proposto, com especial enfoque no novo modelo de execução baseado em planos nacionais e regionais e em pagamentos associados a marcos e metas, inspirado na experiência do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (parecer disponível na íntegra [aqui](#)).

O Tribunal avalia, assim, não as prioridades políticas em si mesmas, mas a robustez institucional, orçamental e operacional do quadro proposto, incluindo a **integração num único instrumento de políticas**

tradicionalmente separadas e a possibilidade de recurso a empréstimos da União até 150 mil milhões de euros.

A apreciação do Tribunal é, em termos gerais, construtiva mas cautelosa: considera que o novo modelo pode reforçar a coordenação entre prioridades da União e políticas nacionais, mas alerta para riscos de complexidade acrescida, enfraquecimento do princípio da parceria e insuficiências no quadro de desempenho e de garantia. Em particular, assinala que a flexibilidade introduzida e a maior margem discricionária dos Estados-Membros devem ser acompanhadas por mecanismos mais robustos de supervisão e critérios claros que preservem a previsibilidade orçamental, a comparabilidade dos resultados e a proteção dos interesses financeiros da União.

Entre as principais mensagens do parecer, salientam-se:

- Mudança estrutural na arquitetura do orçamento da UE, com a integração de políticas distintas num plano único por Estado-Membro, exigindo salvaguardas para proteger a coesão das prioridades e assegurar o princípio da governação multinível;
- Modelo de execução híbrido com riscos de complexidade e fragilização da responsabilização, dada a combinação entre pagamentos por resultados, lógica baseada em custos e múltiplos níveis de obrigações e controlos;
- Insuficiências do quadro de desempenho, com marcos, metas e indicadores considerados pouco robustos para medir eficácia, eficiência e relação custo-benefício das despesas;
- Flexibilidade orçamental e instrumento de empréstimos como inovação ambiciosa, mas sensível, podendo reduzir previsibilidade dos investimentos, aumentar riscos orçamentais e suscitar questões institucionais e financeiras novas;
- Simplificação potencial ao nível União–Estados-Membros, mas *não necessariamente para beneficiários ou administrações nacionais e regionais*, podendo a carga administrativa persistir ou mesmo aumentar;
- Preocupações quanto à prestação de contas, auditoria e conformidade, com o Tribunal a insistir na necessidade de controlos mais claros, consequências financeiras em caso de incumprimento e um papel efetivo da Comissão na proteção do orçamento europeu.

Em síntese, o parecer transmite uma mensagem clara: a ambição de reformar profundamente a governação das despesas europeias é reconhecida, mas o sucesso do novo Fundo Europeu dependerá de corrigir fragilidades na conceção do modelo antes da sua adoção: sem maior clareza sobre desempenho, controlo, parceria e responsabilidade financeira, a simplificação pretendida poderá traduzir-se em novos riscos para a eficácia e legitimidade da execução orçamental da União.

4. FINANCIAMENTO À UCRÂNIA

O Conselho adotou formalmente o empréstimo de 90 mil milhões de euros à Ucrânia para 2026-2027, após o levantamento do veto húngaro, consolidando um novo quadro europeu de apoio militar, financeiro e estratégico a Kyiv. António Costa saudou duas “*etapas importantes*” — o desbloqueio do empréstimo e o reforço das sanções —, defendendo que é tempo de avançar para a abertura do primeiro capítulo das negociações de adesão, enquanto Ursula von der Leyen afirmou que a União “*cumpriu a sua promessa*”. O pacote prevê 60 mil milhões para aquisições militares e 30 mil milhões para apoio orçamental, assenta em três instrumentos legislativos e inclui condicionalidade em matéria de reformas, mecanismos reforçados de supervisão e a possibilidade de recurso a reparações russas ou ativos russos imobilizados para reembolso futuro. A Declaração conjunta dos Presidentes do Conselho Europeu, da Comissão Europeia e da Ucrânia está disponível [aqui](#).

5. 20.º PACOTE DE SANÇÕES DA UNIÃO SOBRE A RÚSSIA

O Conselho adotou o 20.º pacote de sanções contra a Rússia, reforçando a pressão sobre Moscovo em áreas como energia, finanças, comércio e combate ao contornamento de sanções. Em declaração conjunta, os líderes europeus e ucraniano sublinharam a necessidade de “exercer uma pressão acrescida sobre a Rússia”, enquanto o pacote introduz novas medidas sobre o setor energético russo e a “frota fantasma”, alarga restrições financeiras e comerciais, sanciona novas entidades ligadas ao complexo militar-industrial russo e ativa, pela primeira vez, o instrumento europeu anti-contornamento.

O pacote reflete um aprofundamento qualitativo do regime sancionatório, tanto pelo reforço das medidas setoriais como pela maior atenção às redes externas de evasão e à proteção jurídica dos operadores europeus. Algumas medidas permanecem dependentes de coordenação adicional, nomeadamente no G7, mas o conjunto confirma a linha de manutenção da pressão sobre a Rússia e de apoio continuado à Ucrânia. Os atos jurídicos estão disponíveis [aqui](#) e a declaração conjunta [aqui](#).

6. CONSELHO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS: UE-ISRAEL

No Conselho dos Negócios Estrangeiros de 21 de abril, em Luxemburgo, os ministros voltaram a evidenciar divergências quanto à possibilidade de suspensão, total ou parcial, do Acordo de Associação UE-Israel, tema suscitado por vários Estados-Membros, na sequência de uma iniciativa de *Irlanda, Eslovénia e Espanha e no contexto mais amplo da situação em Gaza, Cisjordânia e Líbano*. No final da reunião, a Alta Representante, Kaja Kallas, confirmou que algumas delegações defenderam a suspensão do acordo ou restrições ao comércio com os colonatos, enquanto outras se opuseram, sublinhando que “*não houve mudança de posições*” e que, não reunindo a suspensão do acordo a unanimidade exigida, não foi possível avançar. O debate inscreveu-se num contexto mais vasto de discussão ministerial sobre o Médio Oriente, Ucrânia e relações externas da União, conforme a agenda do Conselho. José Manuel Albares (Espanha) defendeu ser tempo de enviar “*um sinal forte*”, argumentando que a União não pode manter inalterada a relação com Israel se este “*não mudar de política*”, enquanto a ministra eslovena Tanja Fajon invocou “*violações flagrantes do direito internacional e do direito humanitário*”.

A favor de uma resposta mais assertiva pronunciaram-se igualmente Irlanda, Bélgica e Países Baixos, incluindo a possibilidade de suspender, pelo menos, a vertente comercial do acordo, sujeita a maioria qualificada. Em contraste, Itália, Alemanha e Áustria defenderam a manutenção do diálogo político, rejeitando a suspensão como instrumento adequado. O ministro italiano Antonio Tajani considerou que bloquear o acordo “*não seria uma solução eficaz*”, enquanto o ministro alemão Johann Wadepuhl classificou tal opção como “*inapropriada*”. As discussões confirmaram, assim, a ausência de consenso para medidas restritivas adicionais, mas também a crescente pressão de um grupo de Estados-Membros para reavaliar o enquadramento político das relações UE-Israel, num debate que deverá prosseguir nas próximas reuniões do Conselho.

Os restantes pontos abordados nesta reunião do Conselho podem ser consultadas [aqui](#).

7. ASSEMBLEIA PARLAMENTAR DO CONSELHO DA EUROPA - ISRAEL

A Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa adotou, por 112 votos contra 14, uma resolução que condena a lei aprovada pelo Knesset sobre a pena de morte, considerando que esta produz “*efeitos claramente discriminatórios em relação aos palestínios*” e representa “*um claro recuo*” face à posição tradicional de Israel nesta matéria. A resolução (disponível [aqui](#)) considera a lei “*incompatível com os valores do Conselho da Europa*” e introduz esta evolução no debate mais amplo sobre o eventual reexame do estatuto de observador de Israel junto da Assembleia.

A relatora, Gala Veldhoen (Socialistas, Países Baixos), defendeu durante o debate que estes desenvolvimentos devem ser tidos em conta no **relatório em preparação sobre a eventual suspensão do estatuto de observador de Israel junto da Assembleia, cujo relator é o Deputado português Ricardo Carvalho (PPE, Portugal)**. Esse processo, lançado com base numa iniciativa de Benjamin Dalle (PPE, Bélgica), poderá seguir tramitação acelerada e ser debatido em plenário já em junho. Embora a proposta de suspensão imediata do estatuto de observador, apresentada por Emmanuel Fernandes e Gabrielle Cathala (Esquerda Unitária, França), não tenha sido acolhida, foi aprovada uma emenda dos mesmos Deputados solicitando um parecer da Comissão de Veneza sobre a compatibilidade da legislação israelita com normas constitucionais e padrões de direitos humanos do Conselho da Europa

8. COMISSÃO EUROPEIA “ACCELERATE EU” PARA RESPONDER À CRISE ENERGÉTICA

A Comissão Europeia apresentou a iniciativa *AccelerateEU*, concebida como resposta à recente pressão sobre os preços da energia fóssil e como instrumento para reforçar simultaneamente a segurança energética, a competitividade e a aceleração da transição para energia limpa produzida internamente. O plano combina medidas imediatas de mitigação — incluindo maior coordenação entre Estados-Membros sobre reservas energéticas, criação de um Observatório dos Combustíveis, apoio temporário a consumidores vulneráveis e flexibilidade em matéria de auxílios de Estado — com medidas estruturais centradas na eletrificação, reforço das redes, aceleração das renováveis e mobilização de investimento público e privado. Na apresentação da iniciativa, a Presidente da Comissão, Ursula von der Leyen, afirmou que *“temos de acelerar a mudança para energias limpas e caseiras”*, sublinhando que tal é condição para maior independência e segurança energética, enquanto a Vice-Presidente Executiva Teresa Ribera defendeu que *“não há alternativa ao Pacto Ecológico no que diz respeito à segurança e à competitividade”*.

O plano articula, assim, resposta conjuntural e orientação estratégica de longo prazo, incluindo um futuro plano de ação para a eletrificação, iniciativas sobre tarifas de rede e fiscalidade, e esforços para mobilizar os cerca de 660 mil milhões de euros anuais estimados como necessários para a transição energética. Politicamente, a iniciativa traduz a leitura da Comissão de que a atual crise confirma a vulnerabilidade associada à dependência de combustíveis fósseis importados e reforça a ligação entre transição energética, resiliência geopolítica e autonomia estratégica. Para mais informações: [Acelerar a UE – União da Energia](#); [Perguntas e respostas](#); [Ficha informativa](#)

9. PROVIDORA DE JUSTIÇA EUROPEIA

Relatório anual da Provedora de Justiça Europeia

O relatório anual da Provedora de Justiça Europeia, Teresa Anjinho, relativo a 2025, revela um aumento de 54% no número de queixas tratadas — de 2264 para 3490 — e de 19% no número de inquéritos — de 415 para 492 (disponível [aqui](#)). Este crescimento é atribuído, em parte, ao impacto das ferramentas de inteligência artificial, que passaram a encaminhar mais cidadãos para o Provedor de Justiça quando estes procuram apoio sobre a administração da União Europeia. Embora este aumento seja apresentado como sinal de maior conhecimento público da instituição, exigiu também uma adaptação interna do Gabinete, incluindo o recrutamento de um responsável específico pela IA e a criação de um grupo de trabalho interserviços dedicado ao tema.

Em paralelo, a Provedora abriu um inquérito sobre a forma como a Comissão garante *“transparência, inclusividade e responsabilização”* na adoção de normas harmonizadas para a IA, confirmando que este domínio se tornou também uma prioridade de escrutínio em matéria de boa administração europeia.

No plano mais geral, transparência e responsabilização continuaram a representar a maior proporção dos inquéritos em 2025, com 38% do total, seguindo-se questões ligadas à cultura de serviço e à gestão de processos por infração. O relatório assinala ainda uma elevada taxa de seguimento das propostas do Provedor pelas instituições europeias — 89% nas propostas de solução e 78% nas sugestões de melhoria —, bem como resultados concretos em matérias como conflitos de interesses, acesso a documentos e divulgação de dados ambientais e sociais.

Orientações para reforçar prevenção de casos de “porta giratória” nas agências da UE

Na sequência de um inquérito de iniciativa própria a 15 agências da União, a Provedora de Justiça Europeia, Teresa Anjinho, publicou orientações de boas práticas destinadas a reforçar a gestão dos casos de “porta giratória”, identificando discrepâncias relevantes entre agências na prevenção e mitigação de conflitos de interesses associados à passagem de antigos responsáveis para o setor privado (detalhe [aqui](#)). O inquérito concluiu que, apesar de existirem boas práticas em algumas agências, persistem lacunas em matéria de regras internas, monitorização, formação ética e transparência das decisões, justificando uma abordagem mais coerente ao nível da União. Neste contexto, a Provedora recomenda, nomeadamente:

- **orientações claras**, formação regular e sensibilização contínua para pessoal e membros dos conselhos de administração sobre obrigações éticas antes e após o exercício de funções;
- **critérios transparentes** para restringir funções pós-serviço ou pós-mandato, em particular em setores relacionados com anteriores responsabilidades;
- **procedimentos rápidos** de reação e avaliação quando sejam sinalizadas transições para o setor privado com potenciais conflitos de interesses;
- **mecanismos de seguimento e resposta** em caso de incumprimento das condições impostas;
- **adoção de políticas internas específicas** para membros dos conselhos de administração, nas agências onde estas ainda não existam.

A Provedora sublinha que casos de “porta giratória” mal geridos podem comprometer a independência das decisões públicas e fragilizar a credibilidade institucional, defendendo uma maior convergência de standards entre agências. Mais do que um exercício corretivo, as orientações procuram transformar boas práticas dispersas em referências comuns para a administração europeia, reforçando uma cultura de ética pública, prevenção e responsabilização num domínio sujeito a crescente escrutínio.

10. OCEANOS - CONSULTA PÚBLICA

A Comissão Europeia lançou **uma consulta pública, aberta até 16 de julho, para preparar o futuro *European Ocean Act***, iniciativa legislativa central do Pacto Europeu para os Oceanos e prevista para adoção até ao final de 2026, disponível [aqui](#). A proposta visa apoiar as prioridades estratégicas do Pacto, simplificar a governação oceânica da União, reduzir encargos administrativos, reforçar a coerência entre políticas ligadas ao mar e modernizar o ordenamento do espaço marítimo, incluindo uma abordagem mais integrada por bacias marítimas e melhor coordenação intersetorial a nível nacional.

Entre os objetivos em preparação contam-se ainda a criação de base jurídica para a iniciativa OceanEye, dedicada à observação dos oceanos, e o alinhamento com a revisão da diretiva-quadro “Estratégia Marinha”. A consulta pública insere-se, assim, na fase preparatória de uma futura iniciativa com ambição de estruturar de forma mais integrada a ação da União no domínio marítimo e oceânico.

11. CONSELHO DA EUROPA - COMISSÁRIO PARA OS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Na apresentação do seu relatório anual de 2025 (disponível [aqui](#)) perante a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (CdE), o Comissário para os Direitos Humanos, Michael O’Flaherty, advertiu para uma “profunda mudança de era” que ameaça “os próprios fundamentos dos direitos humanos”, sustentando que a Europa enfrenta não apenas uma sucessão de crises, mas uma transformação estrutural com impacto sobre o pacto democrático e social. O relatório identifica como fatores de pressão o impacto da inteligência artificial, a crise climática e ambiental, o aumento das desigualdades, os efeitos duradouros da pandemia e a erosão de confiança entre cidadãos e instituições, com reflexos visíveis, segundo o Comissário, na gestão das migrações e em práticas como a externalização para países terceiros. Referindo-se à guerra na Ucrânia como “o maior desafio para a Europa”, defendeu uma paz duradoura que tenha em conta os deslocados, a reconstrução social e a participação das mulheres e da sociedade civil, ao mesmo tempo que apelou a que a inteligência artificial permaneça sujeita a supervisão humana e não seja deixada “nas mãos de cinco líderes empresariais da Silicon Valley”.

O relatório articula este diagnóstico com um apelo político claro em defesa do sistema europeu de direitos humanos, incluindo a Convenção Europeia dos Direitos Humanos, que o Comissário advertiu não dever ser instrumentalizada para fins políticos, nomeadamente em matéria migratória.

12. REUNIÕES DO CONSELHO

As reuniões do Conselho neste período podem ser consultadas [aqui](#).

AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Conselho Europeu

A agenda do Presidente desta instituição, António Costa, está disponível [aqui](#).

Parlamento Europeu

Na próxima semana, terá lugar a sessão plenária do PE, em Estrasburgo. Destaques e agenda [aqui](#).

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) terá lugar a [27 de abril](#), destacando-se a *Comunicação sobre legislar melhor e aplicação da legislação*, e a *Recomendação da Comissão sobre verificação da idade nas redes sociais*.

com uma comunicação sobre energia.

Conselho da UE

O [calendário](#) está disponível: 27 de abril - [Conselho \(Agricultura e Pescas\)](#); 28/29 de abril - [Reunião informal dos ministros dos Transportes](#); 29 de abril - [Reunião informal dos ministros das Telecomunicações](#).

Bruxelas | 24 de abril de 2026

Para mais informações: [Bruno Dias Pinheiro](#), Representante Permanente da AR junto da UE (página dedicada [aqui](#)).

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) e [aqui](#) (base pesquisável)